

Via Costeira: PGE espera que acordos sejam homologados em até 60 dias

« AVANÇO » Procuradoria do Estado acredita que os acordos firmados com os detentores das concessões de 8 lotes da Via Costeira sejam homologados pela Justiça em 60 dias. Assembleia discutiu ontem projeto de lei

A Procuradoria-geral do Estado acredita que os acordos firmados com os detentores das concessões de oito lotes da Via Costeira sejam homologados pela Justiça em 60 dias. A informação foi confirmada pelo procurador-geral do Estado, Antenor Roberto. Além disso, na manhã da quinta-feira (15), foi realizada na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa (ALRN) uma reunião para debater o tema. Deputados, empresários, especialistas e representantes da população civil se reuniram para discutir um projeto de lei que propõe atualizar o arcabouço jurídico da Via Costeira.

As datas das licenças de cada lote são variadas. Por esse motivo, “cada caso é um caso” e será discutido individualmente, segundo a PGE. Os acordos contarão com a participação dos detentores dos lotes, PGE, Data-norte e Semurb. De acordo com o Procurador-geral do Estado, Antenor Roberto, o governo busca dar segurança jurídica à regularização da Via Costeira e agilizar a implantação de investimentos. Atualmente, os proprietários dos terrenos não têm um prazo definido para construir nas áreas. O último investimento na Via Costeira ocorreu há aproximadamente 20 anos.

“A Justiça hoje está muito sensível aos investimentos que possam ser atraídos para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Já solicitei até uma au-



Projeto de lei propõe que os titulares das concessões apresentem, no prazo máximo de um ano, os projetos de construção

diência com a juíza que coordena as varas, porque como tem mais de uma vara envolvida, achei por bem, sem prejuízo da vara se pronunciar, haver uma audiência para eu explicasse simultaneamente para todos. Cobrei essa audiência. Gostaria de, com certeza, nos próximos 60 dias concluir essas homologações”, detalha Antenor Roberto.

O projeto de lei (nº 514/2023) que está tramitando nas comissões da Assembleia propõe que os titulares das concessões das áreas apresentem, no prazo máximo de um ano, os

projetos de construção e instalação ao órgão licenciador, no caso, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb). O texto prevê ainda o prazo de um ano, contado da aprovação do projeto, para início das obras. Além disso, é estabelecido o prazo de 36 meses para início do funcionamento.

De acordo com o deputado Luiz Eduardo (SD), o projeto não “invade” questões ambientais ou de licenciamento. Ele reforça que o texto se concentra em determinar prazos para que a área possa ser desenvolvida. “O projeto não

fala de licenciamento, de obra, de plano diretor, inclusive a responsabilidade de licenciamento é da Semurb, que, de acordo o novo plano diretor, exige o estudo mais complexo, que é o EIA-RIMA. Se passar o prazo, o empreendedor não construir e não der justificativa plausível, o terreno volta para o Estado”, explica.

O acordo, entre PGE e detentores das concessões dos terrenos, segue a mesma lógica do projeto de lei. As empresas terão seis meses para apresentar à Semurb o pedido de licenciamento para o projeto – prazo esse que começa

a contar após a homologação na Justiça. Ainda segundo o acordo, pela negociação, a PGE vai contabilizar, a partir da última licença da Prefeitura, o prazo de 36 meses e, se nada começar a ser feito nessas áreas, poderá retornar a posse dos terrenos e concedê-las a outros interessados.

“Um outro deputado me ligou querendo conhecer o acordo e eu me coloco à disposição para explicar o que nós estamos fazendo desse lado aqui. A nossa tese para fazer o acordo é que a regência da legislação ali é pelo plano diretor de Natal. O órgão licen-

ciante é a Semurb. Não tem nada de licenciamento na esfera estadual. Não posso emitir nenhum juízo de valor quanto ao projeto porque não conheço o teor”, pontua Antenor Roberto. O chefe da procuração jurídica do Estado disse também que preferiu não comparecer à audiência para contaminar o debate.

“Eu evitei, primeiro porque eu não tinha solicitado. Segundo, eu não posso contaminar os esforços que estamos fazendo na esfera judicial que é fruto de uma legislação própria para fazer debate sobre uma nova legislação. Até porque, os cessionários poderiam pensar: ‘o senhor está fazendo acordo com a gente em uma legislação e apoiando outra?’. O que o deputado está fazendo é uma iniciativa que ele teve, mas não posso emitir juízo de valor porque não conheço o teor do projeto”, acrescenta.

Na avaliação do deputado Luiz Eduardo, o acordo que aguarda aval da Justiça foi baseado no projeto que ele enviou à Assembleia. “Esse acordo firmado com os cessionários foi todo feito com base no nosso projeto. Eles pegaram as premissas do meu projeto, que foi enviado em dezembro do ano passado e fecharam o acordo em maio. Então porque não aprovar o projeto?”, argumenta o deputado. Na próxima semana, o projeto vai ser votado na Comissão de Educação e, caso aprovado, seguirá para votação no plenário da Assembleia.



Theodorico Bezerra desempenhou um papel crucial na gestão do Grande Hotel, na Ribeira

Projeto de Lei propõe dar nome de Theodorico Bezerra a prédio

« ASSEMBLEIA » Edifício onde funcionou o Grande Hotel poderá ser chamado de Edifício Theodorico Bezerra. Projeto é de Adjuto Dias

O Projeto de Lei nº 337/2024, de autoria do deputado estadual Adjuto Dias (MDB), propõe a denominação do prédio do antigo Grande Hotel como “Edifício Theodorico Bezerra”. A proposta tem o objetivo de reconhecer a contribuição de Theodorico Bezerra, que foi vice-governador do Rio Grande do Norte, no desenvolvimento do estado. O imóvel fica localizado na Avenida Duque de Caxias, na Ribeira.

Theodorico Bezerra é uma figura histórica para o Rio Grande do Norte. Ocupou diversos cargos públicos ao longo de sua carreira. De acordo com o filho de Theodorico, Kleber Bezerra, ele deixou um legado marcado pela luta, progresso e bem-estar da população potiguar. Na avaliação de Kleber, Theodorico

como vice-governador destacou-se pelo apoio a projetos que visavam a modernização e melhoria das condições de vida.

Kleber Bezerra diz que a homenagem, embora não seja a primeira, é um marco para a memória do pai. Segundo ele, a Ribeira foi sede para diversos feitos do político e ter o prédio com o nome de Theodorico caracteriza a importância da contribuição que o bairro recebeu.

Ao propor a mudança de nome para “Edifício Theodorico Bezerra”, o deputado Adjuto Dias visa não apenas homenagear o ex-vice-governador, mas também reforçar a importância de preservar a memória daqueles que contribuíram para a construção da identidade e do desenvolvimento do RN. “Ele desempenhou um papel crucial

na gestão do Grande Hotel, que, sob sua administração, foi um ponto de referência para turistas e figuras importantes no RN. Sua atuação garantiu que o hotel se destacasse como um local de excelência em hospedagem e eventos sociais, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, quando recebeu diversas personalidades nacionais e militares internacionais”, afirma o deputado estadual.

O Projeto de Lei nº 337/2024 agora segue para análise nas comissões competentes da Assembleia Legislativa, onde será debatido antes de ser levado à votação no plenário. Se aprovado, o prédio do antigo Grande Hotel, hoje sob posse do Estado, passará a carregar o nome de Theodorico Bezerra.

Violência contra a mulher cresce; entidades fazem o Agosto Lilás

« COMBATE » Em 2023, quase todas as modalidades de violência contra mulheres no RN tiveram aumento. Entidades promovem Agosto Lilás

Em 2023, quase todas as modalidades de violência contra mulheres no Rio Grande do Norte tiveram aumento. Os únicos índices que tiveram variação negativa foram o de assédio sexual, sendo registrada uma diminuição de 32,7% de casos; e mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, com uma baixa de 61 para 53, equivalente a -13,1%. A maior taxa registrada é referente às tentativas de estupro, com um crescimento de 97,9%. Os dados são do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024.

De acordo com o relatório, 90% dos assassinatos de mulheres são cometidos por homens e 92% têm alguma ligação próxima com a vítima, sendo 63% parceiros íntimos; 21,2% ex-parceiros; e 8,7% familiares. Os índices refletem a necessidade de políticas públicas.

Ainda com base no documento, o estado também registrou

um crescimento de 34,5% nos casos de perseguição (stalking), e as agressões decorrentes de violência doméstica subiram 9,8%, totalizando mais de 10 mil ocorrências. Outro dado preocupante é o aumento de 33,8% nos casos de violência psicológica, refletindo um cenário de risco crescente para as mulheres potiguares. Referente ao crime de estupro contra vulneráveis, o RN teve 1.242 casos, em porcentagem, o aumento foi de 30,2%. Com o número, o estado ficou com o segundo maior índice do País, atrás apenas de Rondônia, onde a alta foi de 59,4%.

Com base nisso, a Subsecretaria de Política para as Mulheres (SPM) da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJIDH) está coordenando a campanha Agosto Lilás.

A iniciativa é voltada para a prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Nela, estão previstos eventos que buscam conscientizar a sociedade e fortalecer a rede de proteção. As ações seguem até o dia 30 de agosto. As atividades começaram no dia 2 e ainda vão percorrer por Natal e Janduíns.

Outra representação da importância do tema, é a iniciativa da Câmara dos Deputados, que nessa terça-feira (13) transformou a sede com a cor lilás em alusão ao Agosto Lilás.

Outra instituição que recorreu a alguma ação foi a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN). No início do mês, foi realizada uma audiência pública para debater sobre o assunto a fim de encontrar novas políticas públicas para diminuir essas taxas de violência no estado.

Além disso, neste mês, no dia 7, a Lei Maria da Penha completou 18 anos de existência. A lei foi criada com o objetivo de coibir a violência doméstica e a violência contra a mulher.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEINFRA AVISO DE LICITAÇÃO				
A Comissão Permanente de Licitação da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEINFRA, localizada na Av. Presidente Bandeira, 2280 – Lagoa Seca, nesta Capital, e-mail: cplsemovnatal@hotmail.com, torna público que se encontram agendadas as licitações cuja modalidade, objeto, data e horário seguem abaixo elencados. Os editais das referidas licitações, encontram-se disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal: www.comprasnet.gov.br – localizado com a USAG – 929921.				
PROCESSO	CONCORRÊNCIA PÚBLICA	OBJETO	DATA	HORA
SEHARPE-20240520051	90.021/2024 SEINFRA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA A FIM DE PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB, EM PARTE DO NÚCLEO URBANO NOVO HORIZONTE, BAIRRO QUINTAS, E EM PARTE DO NÚCLEO URBANO VALE DOURADO 2, BAIRRO NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO SITUADO NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN.	02/09/2024	09:00 hrs
SEMPLA-20241174862	90.022/2024 SEINFRA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO E DRENAGEM EM TRECHO DA RUA ABREU LÂNDIA NO PLANALTO – ZONA OESTE – NATAL/RN.	05/09/2024	09:00 hrs

Natal/RN, 15 de agosto de 2024.
Raul Araújo Pereira
Presidente da CPL/SEINFRA